



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA N.º 324/2018 – DG \*

Concede movimentação funcional no âmbito deste Tribunal.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 304/2015-GP, alterada pela Portaria n.º 078/2016-GP, que dispõem acerca da delegação de competência para a prática de atos administrativos específicos, e tendo em vista os Processos Administrativos Eletrônicos constantes na tabela abaixo,

Considerando os termos das Leis n.º 12.774, de 28.12.2012, e n.º 13.317, de 20.07.2016, que modificaram a Lei n.º 11.416, de 15.12.2006, bem como a Resolução TSE n.º 22.582, de 30.08.2007, que dispõe sobre o desenvolvimento nas carreiras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Eleitorais e dá outras providências,

Considerando as disposições contidas na Portaria Conjunta TSE/STF/CNJ/CJF/CSJT/TJDF n.º 04, de 08.10.2013, que determina o reenquadramento dos servidores em desenvolvimento na carreira às mesmas classes e padrões antes da edição da Lei n.º 12.774, de 28.12.2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder movimentação funcional aos servidores do Quadro de Pessoal deste Regional, de acordo com os dados constantes da tabela abaixo:

| Servidor(a)                         | Cargo                  | Protocolo/<br>Processo | Movimentação<br>De / Para | Efeitos    |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|------------|
| ADRIANO GOMES BENÍCIO               | Técnico<br>Judiciário  | 15880/2010             | C-12 para C-13            | 11.08.2018 |
| SALATIEL LEONARDO<br>RASIA DA SILVA | Analista<br>Judiciário | 11017/2014             | A-5 para B-6              | 01.08.2018 |
| LAMARA EVELYN ALVES DE<br>LUCENA    | Técnico<br>Judiciário  | 14559/2013             | B-6 para B-7              | 16.08.2018 |

Art. 2º Autorizar, condicionada à disponibilidade orçamentária, a realização dos procedimentos necessários ao pagamento dos valores decorrentes da referida movimentação funcional e a sua implementação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal, 24 de setembro de 2018.

Simone Maria de Oliveira Soares de Mello  
Diretora-Geral